



PROVIMENTO N° 08, DE 26 DE ABRIL DE 2016.

Revoga os Provimentos CGJ de nºs 21/1988, 16/1994, 01/1995, 03/1996, 14/1996, 03/1997, 06/1999, 34/1999, 44/1999, 05/2000, 02/2001, 04/2004, 06/2004, 08/2004, 08/2008, 13/2011, 32/2011 e 03/2012.

O CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as diretrizes decorrentes do princípio da eficiência, albergado no art. 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico desta Corregedoria-Geral da Justiça, biênio 2015/2016, em especial aquelas que visam implementar o caráter orientativo e pedagógico nas ações deste Órgão Sensor;

CONSIDERANDO, por fim, que as ações relativas à elaboração do Manual de Provimentos desta Corregedoria objetivam, dentre outras coisas, a revisão e atualização dos Provimentos já editados;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar o Provimento CGJ nº 21, de 05 de novembro de 1988, por conter matéria regulamentada por legislação própria (Lei n. 9.507/97), bem como por reproduzir texto expresso da Constituição Federal e do Código de Processo Penal.

Art. 2º Revogar o Provimento CGJ nº 16, de 24 de agosto de 1994, por conter determinações incompatíveis com a legislação vigente.

Art. 3º Revogar o Provimento CGJ nº 01, de 13 de janeiro de 1995, por sua matéria está regulamentada pelos art. 82 e 248 do Código de Processo Civil.

Art. 4º Revogar o Provimento CGJ nº 03, de 30 de janeiro de 1996, por tratar de tema intrínseco à própria atividade judicante.

Art. 5º Revogar o Provimento CGJ nº 14, de 03 de setembro de 1996, por conter matéria regulamentada pelo art. 82 do Código de Processo Civil, pelo art. 9º, § 1º, da Lei n. 11.419/2006 e pelo Provimento CGJ nº 16/2011.

Art. 6º Revogar o Provimento CGJ nº 03, de 30 de janeiro de 1997, em face do seu desuso.

Art. 7º Revogar o Provimento CGJ nº 06, de 18 de fevereiro de 1999, por estar em desuso ante a utilização do malote digital, bem como pelo encaminhamento às Unidades Judiciárias, pelo Instituto de Criminalística, de folhas de antecedentes criminais mais detalhadas.



Art. 8º Revogar o Provimento CGJ nº 34, de 31 de maio de 1999, em face da publicação do Provimento CGJ nº 05, de 30 de março de 2016.

Art. 9º Revogar o Provimento CGJ nº 44, de 1º de outubro de 1999, em face do teor constante no Provimento Conjunto nº 01/2012 – CGJ/TJ-AL e CRE/TRE-AL.

Art. 10º Revogar o Provimento CGJ nº 05, de 22 de março de 2000, em razão da implantação do Sistema de Automação da Justiça.

Art. 11. Revogar o Provimento CGJ nº 02, de 02 de maio de 2001, por estar em desuso em face da virtualização processual e por sua matéria está regulamentada pela Lei n. 11.419/2006 e pela Resolução TJ/AL nº 15/2015.

Art. 12. Revogar o Provimento CGJ nº 04, de 23 de agosto de 2004, bem como o Provimento CGJ nº 08, de 13 de outubro de 2004, em decorrência da unificação do setor de Recursos Humanos deste Tribunal de Justiça de Alagoas pela Resolução TJ/AL nº 09/2014.

Art. 13. Revogar o Provimento CGJ nº 06, de 09 de setembro de 2004, com base no contido na Resolução TJ/AL nº 30/2008.

Art. 14. Revogar o Provimento CGJ nº 08, de 08 de abril de 2008, em face da virtualização processual e por sua matéria está regulamentada pela Resolução TJ/AL nº 15/2015.

Art. 15. Revogar o Provimento CGJ nº 13, de 13 de maio de 2011, por estar em desuso.

Art. 16. Revogar o Provimento CGJ nº 32, de 25 de outubro de 2011, em razão da extinção da situação excepcional para a qual foi editado.

Art. 17. Revogar o Provimento CGJ nº 03, de 15 de maio de 2012, por estar em desuso.

Art. 18. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Maceió, 26 de abril de 2016.

Desembargador **KLEVER RÊGO LOUREIRO**
Corregedor-Geral de Justiça